



doi: <http://dx.doi.org/10.7213/psicolargum.41.112.AO03>

Festival das Juventudes: re-existências periféricas durante a pandemia da Covid-19

Youth Festival: peripheral re-existences during the Covid-19 pandemic

João Paulo Pereira Barros
Universidade Federal do Ceará
<https://orcid.org/0000-0001-7680-576X>
joaopaulobarros07@gmail.com

Carla Jéssica de Araújo Gomes
Universidade Federal do Ceará
<https://orcid.org/0000-0002-6979-2646>

Gabriella Celestino Lemos Furtado Gondim

PsicolArgum. 2023 jan./mar., 41(112), 2753-2777

Agradecimentos: Agradecemos à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo investimento nas bolsas de iniciação científica e na bolsa de produtividade que tornaram esta pesquisa possível. Remerçamos também à Secretaria de Cultura da Universidade Federal do Ceará pela concessão de uma bolsa, que possibilitou a realização do Projeto Artes Insurgentes. Além disso, reafirmamos a nossa gratidão ao Festival das Juventudes, aos coletivos juvenis, aos estudantes e às escolas de ensino médio que nos receberam e acreditaram na potência da contribuição da universidade pública na defesa dos direitos humanos e do bem-estar social para todos.

Declaração de conflito de interesse: Todos os autores colaboraram ao longo do processo, desde a elaboração até a revisão final do manuscrito. Os autores aprovaram o manuscrito final para publicação.

Universidade Federal do Ceará
<https://orcid.org/0000-0001-5747-9305>

Milena Araújo Bezerra
Universidade Federal do Ceará
<https://orcid.org/0000-0002-2589-7876>

Lara Brum de Calais
Universidade Federal do Espírito Santo
<https://orcid.org/0000-0003-3703-1145>

Resumo

Tendo em vista a potencialidade das ações articuladas por coletivos juvenis em territorialidades periféricas de Fortaleza-CE durante a pandemia da Covid-19, este artigo propõe-se a refletir, a partir da ação intitulada III Festival das Juventudes do Grande Bom Jardim (GBJ), sobre o modo como a articulação juvenil pode potencializar formas de re-existência frente aos processos de precarização da vida atuantes nestes territórios. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa-intervenção realizada à luz do método da cartografia. Ao longo da investigação, os/as pesquisadores/as acompanharam e comporam a execução do III Festival das Juventudes, organizado por jovens do território do GBJ, em Fortaleza-CE. Tomando o festival como analisador, o artigo reflete sobre as oficinas articuladas através da participação de coletivos juvenis do território – realizadas em modelo remoto – e o potencial destas como dispositivos de problematização de temáticas relativas às vivências das juventudes periféricas. A construção do festival aponta pistas sobre processos de re-existências coletivas tecidas por juventudes que vivenciam encruzilhadas de opressões e que as enfrentam justamente apostando no “entre” e no “nós” como estratégia de produção de vida, conhecimentos arte e cuidado.

Palavras-chave: Juventudes; Práticas de re-existências; Territórios Periféricos; Pesquisa-Intervenção.

Abstract

Considering the potential of actions articulated by youths in peripheral territorialities of Fortaleza-CE during the Covid-19 pandemic, this article proposes to reflect, based on the action of the III Youth Festival of Grande Bom Jardim (GBJ), on the way in which the youth articulation can potentiate forms of re-existence in the face of the processes of precariousness of life operating in these territories. Methodologically, it is an intervention research carried out in the light of the cartography method. Throughout the investigation, the researchers followed and composed the execution of the III Youth Festival, organized by young people from the GBJ territory, in Fortaleza-CE. Taking the festival as an analyzer, the article reflects on the workshops articulated through the participation of youth collectives from the territory – carried out in a remote model – and their potential as devices for problematizing themes related to the experiences of peripheral youths. The construction of the festival points to clues about processes of collective re-existence woven by youths who live at oppression crossroads and face them, tightly betting on the “between”, on the “us”, as a strategy of the production of life, through knowledge, art and care.

Keywords: Youth; Re-existence Practices; Peripheral Territories; Intervention Research.

Resumen

Con vistas a la potencialidad de las acciones articuladas por colectivos juveniles en territorio periférico de Fortaleza-CE durante la pandemia de Covid-19, este artículo se propone a reflexionar, desde de la acción intitulada III Festival de la Juventud de Grande Bom Jardim (GBJ), sobre el modo de como la articulación juvenil puede potencializar estas maneras de re-existencia delante a los procesos de precarización de las vidas actuantes en estos territorios. Metodológicamente, se trata de una pesquisa-intervención echa a la luz del método cartográfico. A lo largo de la investigación, los/las pesquisadores/as acompañaron y compusieron que la ejecución del III Festival de la Juventud, organizado por los jóvenes del territorio de GBJ, en Fortaleza-CE. Tomando el festival como analizador, el artículo refleja sobre las oficinas articuladas a través de la participación de colectivos juveniles del territorio - realizadas en modelo remoto - y el potencial de estas como dispositivos de problematización de temáticas relativas a las vivencias de la juventud periférica. La construcción del festival apunta huellas sobre procesos de re-existencia colectiva tejidas por juventudes que viven encrucijadas de opresiones y que las enfrentan justamente apostando en el "entre" y en el "nosotros" como estrategia de producción de vida, conocimientos, arte y cuidados.

Palabras clave: Juventudes; Prácticas de re-existencias; Territorios Periférico; Pesquisa-Intervención.

Introdução

O presente artigo se propôs a cartografar o processo de construção e realização do III Festival das Juventudes: Arte, Cultura e Formação em Direitos Humanos, executado pelos e pelas jovens no território do Grande Bom Jardim (GBJ), em Fortaleza-CE, tomando-o como analisador sobre os modos que juventudes em periferias urbanas se articularam para produzir práticas de re-existência às dinâmicas de apagamento e silenciamento no contexto da pandemia da Covid-19. Tal reflexão é necessária, tendo em vista o potencial que a articulação de juventudes periféricas tem no tocante à experimentação de construções coletivas de denúncias de processos de precarização da vida, reivindicação de direitos das juventudes e anúncio de formas criativas de vida em territorialidades urbanas estigmatizadas pelas desigualdades e violências (Miranda et al., 2021). Para contemplar tal objetivo, analisaremos como os coletivos juvenis em questão se articularam para a elaboração do Festival e de que modo os cotidianos de juventudes periféricas são postos em análise ao longo da elaboração do evento.

No que diz respeito ao contexto, o Ceará tem sido destaque nacional no âmbito dos índices de violência, atingindo níveis extremos de letalidade, especialmente de crianças e adolescentes. De 2019 para 2020, o número de crimes violentos no estado aumentou aproximadamente 79%, segundo dados da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará (2019, 2020). De 2020 para 2021, a pandemia da Covid-19 aprofundou e escancarou ainda mais as desigualdades sociais em todo o país, segundo a pesquisa *World Inequality Lab* (Chancel et al. (orgs), 2021). No campo das juventudes, a quem deveria destinar-se programas de proteção especiais, o primeiro trimestre do ano foi marcado também pelas altas taxas de homicídio. O jornal *Diário do Nordeste* (2021) apresenta pesquisas que apontam que, neste período, morreram mais crianças e adolescentes vitimadas por homicídios do que por Covid-19.

O território do GBJ, onde se situa esta pesquisa, está localizado na região sudoeste da capital cearense e reúne 5 bairros ligados por fatores sociais e culturais comuns, sendo eles: Bom Jardim, Siqueira, Canindezinho, Granja Lisboa e Granja Portugal. Segundo dados de 2010 do Anuário do Ceará (O Povo Online, 2021), estes 5 (cinco) bairros estão entre os 20 (vinte) com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em Fortaleza. Durante a pandemia, a situação de vulnerabilidade social à qual estão submetidos os moradores da região se agravou ainda mais, considerando que o funcionamento de políticas públicas em saúde depende de um sistema integrado de promoção de qualidade

de vida, historicamente negligenciado pelo Estado no território. Segundo levantamento da Secretaria Municipal de Saúde ao Diário do Nordeste (2021), até fevereiro de 2021, os 5 (cinco) bairros citados também se encontravam entre os 29 (vinte e nove) bairros com maior número de óbitos da capital cearense.

Segundo Barros (2019), o elevado número de homicídios e o aumento do encarceramento em massa de uma determinada população negra e moradora de territórios periféricos torna o Ceará um emblema de uma necropolítica à brasileira. A noção de necropolítica, proposta por Mbembe (2018), pode ser utilizada como operador conceitual para entendermos as condições de produção de violência letal contra, principalmente, adolescentes e jovens negras e negros no Ceará. Segundo Mbembe (2018), necropolítica é uma tecnologia de poder que tem o racismo como seu motor. Tal tecnologia se constrói a partir da produção de um estado de exceção permanente e da fabricação de um inimigo ficcionalizado, operando maquinarias simbólicas e econômicas direcionadas à gestão da morte. Entendendo que Necropolítica e Biopolítica são tecnologias de poder relacionadas e articuladas, Bento (2018) apresenta a noção de necrobiopoder, a qual se refere às técnicas de promoção de vida e de morte que dividem os corpos em uma hierarquia entre aqueles que não podem ser reconhecidos como humanos, e por isso devem ser eliminados, e aqueles que devem viver.

Na tentativa de romper com a lógica que caracteriza as periferias apenas por suas faltas e pelos processos de precarização e extermínio da população desses territórios, entende-se, neste artigo, que os territórios periféricos são permeados por redes potentes de criação e afirmação da vida, e que, por se encontrarem mais distantes dos focos de poder, possibilitam focos de liberdade e processos de singularização da vida, os quais, a partir da emergência de devires-periféricos, escapam dos processos de subjetivação dominantes e produzem deslocamentos dos estratos representativos que constituem a nossa sociedade (Lacaz, 2012). A expressão devir-periferia, proposta por Lacaz (2012), refere-se àquilo que pulsa como minoritário em modos de vida periféricos, sendo minoritário não algo relacionado a ordem numérica, mas ao que se expressa como tendo a potência

de criar fissuras no que se apresenta como dominante.

Dessa forma, ao passo que as manifestações de violências se atualizam nas crises e remodelações do Estado neoliberal, as práticas de re-existência também se reinventam

e apostam na arte como dispositivo de invenção de novos sentidos aos modos de organização e sociabilidade nas periferias (Lacaz, 2012; Silva & Freitas, 2018). São saraus, reggaes, festivais culturais, batalhas de dança e diversas outras produções artístico-culturais que respondem com afirmação da vida às políticas que atuam para ceifar a existência das juventudes periféricas. O entendimento de resistência utilizado neste escrito possui inspiração nas reflexões de Mbembe (2019) e Achinte (2017), em que a noção de resistência não se caracteriza como mera oposição, negação e reação às relações estabelecidas, mas como criação e invenção de modos de re-existência.

A participação juvenil tem sido marcante na cena político-cultural em toda Fortaleza, anunciando uma política de existência, sobretudo pelas manifestações artísticas, em meio às violências e precarizações produzidas sobre seus corpos. Os coletivos e grupos juvenis atuam por meio de paisagens materiais, ocupando espaços físicos da cidade, e digitais, através das redes sociais, utilizam-se da inventividade e de suas vozes para tanto denunciar as violações de direitos e os bloqueios aos fluxos de encontro e de vida vivenciados diariamente por eles e elas, como para criar outras formas de existir em face a um contexto marcado por políticas de morte, extermínio, invisibilidade e silenciamento (Lacaz, 2012; Silva & Freitas, 2018; Diógenes, 2020).

Assim, jovens organizados/as em coletivos e grupos juvenis têm apostado em micropolíticas para a transformação de uma cidade que se nega a enxergar jovens negros, periféricos, mulheres e LGBTQIA+ em circuitos que não sejam o da violência e da segregação. São práticas culturais de variadas estéticas e linguagens, que contrariam os caminhos normativos e hegemônicos do que seria considerado arte e cultura, as quais dão corpo, como afirma Pelbart (2017), a uma resistência móvel e inventiva que se utiliza das ferramentas possíveis para mutar-se, assim como o poder. Como destacam Calais e Perucchi (2018), a participação social das juventudes no cenário político rompe com tradições pedagógicas de ajustamento e silenciamento, sustentadas por operações de tutela sobre as práticas juvenis.

Um dos projetos que tem se destacado no território do GBJ é o Festival das Juventudes: Arte, Cultura e Formação em Direitos Humanos, que reúne coletivos juvenis, articuladores sociais, professores, gestores e estudantes de escolas públicas de ensino médio do GBJ para criar e realizar uma programação que articula arte, educação e re-existências juvenis (Miranda et al., 2021). A ação possui como objetivo potencializar e

criar espaços para o debate sobre direitos humanos, liberdade, cultura de paz e outras temáticas de interesse de estudantes de escolas públicas do território. O Festival é promovido pelo coletivo Jovens Agentes de Paz (JAP) em parceria com outros coletivos juvenis do GBJ e possui três edições realizadas, estas ocorridas nos anos de 2018, 2019 e 2021. Tal evento conta com o apoio do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS), uma Organização Não Governamental que atua no território desde 1994 e, durante as edições presenciais, cedeu o seu espaço físico para o projeto, e o suporte financeiro da cooperação alemã MISEREOR, no patrocínio dos lanches, materiais das oficinas e transporte dos/as participantes.

A I e a II edições do festival ocorreram de modo presencial, aos sábados, no espaço do CDVHS. A programação era distribuída, quinzenalmente, entre quatro sábados, ocupando os turnos da manhã e da tarde. No contexto de distanciamento social ocasionado pela pandemia da Covid-19, fez-se necessária uma reinvenção da logística para a terceira edição do evento por conta da necessidade de adaptação às atividades remotas. Tais mudanças atravessaram não só aspectos metodológicos nas atividades, mas todo o processo de organização e execução do festival (Miranda et al., 2021). Destarte, o III Festival das Juventudes aconteceu remotamente, durante três meses, em salas virtuais de aula e contraturno nas escolas. As atividades tinham duração de 50 minutos cada, e, por isso, fez-se necessário encontros semanais com as turmas participantes, de modo a contemplar toda a programação pensada para a edição.

Objetivos

Este artigo é um desdobramento da pesquisa desenvolvida pelo VIESES: Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violências, Exclusão Social e Subjetivação, iniciada em 2021, intitulada “Aspectos psicossociais da violência e práticas de re-existência juvenis em periferias de Fortaleza-CE”, cujo objetivo é analisar aspectos psicossociais tanto das dinâmicas da violência em territorialidades periféricas de Fortaleza quanto os modos inventivos de re-existência (Achinte, 2017) infantojuvenis nesses contextos. Esta investigação se ancora teoricamente no campo da Psicologia Social em diálogo com estudos pós-estruturalistas, tal como nas leituras de Foucault, Deleuze e Butler, e anti-coloniais, como Mbembe e Achinte, bem como áreas afins que tematizam juventudes, violências e resistências.

Método

Tipo de estudo

O presente estudo se orienta pela perspectiva da pesquisa-intervenção realizada à luz do método da cartografia (Passos, Kastrup, & Escóssia, 2015; Passos, Kastrup, & Tedesco, 2014). A pesquisa-intervenção é um tipo de pesquisa participativa que, a partir de situações-problema vivenciadas no contexto investigado, aposta em estratégias voltadas a análise coletiva de sentidos e práticas institucionais presentes nos campos, desconstruindo territórios e ensejando a criação de novas práticas, com vistas a proporcionar transformações micropolíticas (Rocha & Aguiar, 2003). Segundo Rocha e Aguiar (2003), por sua ação crítica e implicativa, este tipo de pesquisa expande as condições de um trabalho compartilhado a partir da mudança nos parâmetros de pesquisa no que condiz aos aspectos de objetividade e neutralidade do pesquisador, da produção simultânea do objeto e do sujeito, do questionamento dos especialismos instituídos e da ênfase na análise da implicação.

Já a cartografia possui a finalidade, segundo Passos et al. (2015), de acompanhar processos de produção de subjetividades, a partir do mapeamento do coletivo de forças que produzem esses processos. Para isso, Passos et al. (2015) apontam pistas para uma atitude atenta de forma rizomática, uma vez que o cartógrafo deve estar aberto ao território existencial e suas possibilidades. Partindo da premissa de que a realidade é composta por uma multiplicidade de vozes e de vetores, pode-se, dessa forma, tentar compreender as relações de saber-poder e linhas de fuga que compõem as interfaces entre juventudes, violências urbanas, territórios e práticas de resistências, a partir da implicação da equipe de pesquisa na própria organização, execução e avaliação do festival, ao invés da mera observação de seu desenvolvimento para fins de "coleta de dados", apostando, assim, no potencial da pesquisa de intervir micropoliticamente na experiência social pela potencialização de dispositivos de análises coletivas da vida de sujeitos, grupos, instituições e territorialidades.

Participantes e local do estudo

Participaram do estudo jovens que compuseram a comissão de organização e/ou facilitaram atividades na III edição do Festival das Juventudes, podendo estes serem

integrantes ou não de coletivos juvenis, e estudantes de ensino médio das escolas que participaram da programação. Estima-se que cerca de 7 jovens compuseram a comissão organizadora e 90 alunos/as participaram de pelo menos uma das ações promovidas pelo festival em seus três meses de execução, entre abril e maio de 2021.

Devido às condições de distanciamento social impostas pela Covid-19, a pesquisa foi realizada de modo remoto, a partir do acompanhamento das ações promovidas no festival e das suas reuniões de planejamento realizadas via plataforma *Google Meet*. A partir dessa participação, habitamos a territorialidade de cinco escolas do GBJ. Essas escolas acolheram remotamente a programação do festival no horário das disciplinas eletivas ou no contraturno, contando sempre com a presença de pelo menos um/a professor/a nas salas virtuais em que ocorriam as atividades.

Estratégias metodológicas

A inserção dos/as pesquisadores/as no contexto de campo se deu a partir de uma perspectiva de pesquisa que se produz no ato de relação e operação de agenciamentos que se fazem “com” as pessoas – e não “sobre” elas. Para isso, as estratégias metodológicas utilizadas são compostas, sobretudo, por um posicionamento de acompanhamento dos fluxos e forças existentes no campo-plano de pesquisa. Neste sentido, dois eixos de ações conduziram a aproximação e atuação em campo, sendo: 1) acompanhamento da organização do III Festival das Juventudes, participando e compondo as reuniões semanais de planejamento das atividades; e 2) execução de oficinas temáticas, junto aos jovens integrantes dos coletivos, na programação do III Festival das Juventudes.

Para registrar as movimentações e os encontros durante a investigação, produzimos diários de campo como forma de tentar traduzir a multiplicidade das situações vivenciadas e a polifonia de vozes nelas expressas, buscando construir uma pesquisa que produza conhecimento com as pessoas envolvidas. Nas trilhas das pistas para a prática do método da cartografia (Passos et al., 2015), a aposta no acompanhamento de processos e não na simples representação de objetos torna-se bússola para o entendimento do diário de campo como parte atuante desse processo. Considera-se que a pesquisa de campo sempre se insere em territórios nos quais já existem processos em curso, e, por isso, precisa se habituar a um território que, no início, não é habitado pelo pesquisador (Passos et al., 2015). No caso dessa pesquisa, acompanhar os processos de

construção do III Festival das Juventudes era também vivenciar as relações, movimentações, vínculos, pactos e enredos experimentados pelas juventudes na articulação coletiva de práticas de resistência às opressões históricas impostas às populações periféricas.

Nesse sentido, a afirmação de que na investigação cartográfica é preciso que o pesquisador se deixe levar, em um certo nível, por esse campo coletivo de forças (Passos et al., 2015) ganha materialidade em nossa proposta, rompendo com um certo modelo de ciência moderna que convida a isolar o objeto de suas conexões e de suas articulações históricas. Interessou-nos, portanto, “desenhar a rede de forças à qual o objeto ou fenômeno em questão se encontra conectado, dando conta de suas modulações e de seu movimento permanente” (Passos et al., 2015, p. 58), ou seja, estar junto e resistir com os movimentos das juventudes do GBJ. Nesse sentido, no bojo da perspectiva da pesquisa-intervenção, preocupa-se em conhecer o caminho, assim como caminhar junto, produzindo um estar “com” o público da pesquisa (Passos et al., 2015).

Análise de dados e aspectos éticos

A análise das materialidades produzidas foi orientada pela perspectiva cartográfica (Barros & Barros, 2013) em que, a partir da construção de analisadores em campo, busca-se acessar o plano coletivo de forças que compõem aquela realidade e desestabilizar as formas instituídas da rede de saber-poder-subjetivação que compõe a problemática da investigação. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará (UFC), sob parecer nº 5.187.324, e está de acordo com as Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. Além disso, vale ressaltar que nesta pesquisa, enquanto uma pesquisa-intervenção, procurou-se apostar em metodologias, epistemologias e teorias que buscassem descolonizar a própria pesquisa, produzindo giros epistemológicos e intervenções que potencializassem e fortalecessem as práticas de re-existências produzidas pelos e pelas jovens participantes e elaborasse formas de restituição congruentes com as estéticas e os territórios existenciais deles e delas.

Resultados e Discussões

O processo de construção do Festival: a força dos coletivos juvenis e a aposta no "nós" como vetor de modos insurgentes de subjetivação

O III Festival das Juventudes, assim como os anteriores, manteve a cultura da construção coletiva. Como já mencionado, a organização do evento é liderada pelo JAP, mas integra outros coletivos que se articulam no planejamento, pactuação e realização das atividades. Assim, o festival, ao fissurar modos normatizadores sobre as existências juvenis, vistas sob o estigma da periculosidade, funciona como um dispositivo (Foucault, 1977; Deleuze, 1996), que produz regimes de visibilidade e dizibilidade com e pelas próprias juventudes do Grande Bom Jardim. Além disso, traça planos do comum entre sujeitos que compartilham do desejo de inventar possibilidades outras de viver, disruptivas às previstas pelo sistema neoliberal aos corpos LGBTQIA+'s, mulheres ou negros/as.

O festival inicia sua construção a partir do mapeamento de coletivos interessados em compor o projeto, com a proposição de ações de jovens para os/as jovens e articuladas ao território. Os grupos envolvidos na proposta, geralmente, já têm conexões anteriores com o JAP por meio de outras atividades realizadas e “chegam junto” de forma espontânea, ampliando a potência rizomática de coletivização das ações entre os/as jovens participantes. Em 2021, o Núcleo de Articulação Técnico Especializado (NArTE) do Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ), composto em parte por jovens do GBJ que integram também outros coletivos juvenis, foi um dos grupos que compôs a comissão de organização. Além dele, integrantes do coletivo Gueto Queen também colaboraram com o planejamento e execução de oficinas.

O planejamento das atividades amplia ainda mais a rede de conexões, envolvendo coletivos juvenis que se interessam por ofertar atividades para os/as estudantes e os próprios alunos/as, além de professores e gestores de escolas, que, através de reuniões na plataforma *Google Meet*, participam de encontros que tem como função selecionar temáticas e oficinas pertinentes às juventudes. O próprio movimento de planejamento caracteriza-se como mote para a politização dos debates e fomento da participação coletiva engajada em processos de transformação social. Nesse momento de seleção das temáticas, tem-se como pergunta disparadora dos processos: “Do que a juventude quer falar?”, construindo uma relação inicial de co-autoria e afirmação dos espaços de fala e escuta sobre as demandas que atravessam a vivência das juventudes do GBJ. Tal

perspectiva ganhou transversalidade em meio às práticas de produção das oficinas, assim como de composição do festival.

A realização desse projeto, assim, dá continuidade a essa construção processual, mantendo seu caráter coletivo através de metodologias dialógicas e participativas. Nesse sentido, o festival, enquanto acontecimento gerador de produções e relações coletivas, amplia a potência de produção de um comum entre os/as participantes que se encontram na construção de práticas de resistência inventivas aos efeitos psicossociais de violências nas periferias (Barros et al., 2018). Forma-se, portanto, uma rede de conexões e fazeres coletivos, agenciada pelo JAP, como brecha à sistemas normatizadores e silenciadores destes corpos, criando outras formas de subjetividades das juventudes atravessadas pelas territorialidades.

Como materialização das ações, os encontros dividiram-se em três momentos: (1) oficinas artísticas e educativas, (2) Gincana Xô Covid e (3) Sarau Arte e Cultura. Levantaremos reflexões com foco nas oficinas artísticas e educativas, tendo em vista sua potência enquanto momentos cujos roteiros foram criados espontaneamente no encontro entre os/as jovens. Tais atividades foram facilitadas por membros comissão organizadora e/ou de coletivos juvenis artísticos, articulando professores/as, alunos/as e organizadores/as que interagiram com o objetivo de construir um momento de troca, aprendizagem e fortalecimento na defesa dos direitos das juventudes, especialmente daquelas que habitam as periferias de Fortaleza.

As atividades do Festival aconteceram de modo remoto, por meio de reuniões no *Google Meet*, conversas no *Whatsapp* e partilhas no *Instagram*. Essa adaptação gerou transformações não apenas na metodologia, mas também nas temáticas abordadas durante os encontros, como veremos adiante. Como afirma Glória Diógenes (2020, p. 376), o uso das redes sociais por coletivos juvenis “produz habilidades que escapam à regulação do tempo e à normatividade do mundo do trabalho”. Assim, analisamos que, sem minimizar as perdas sócio-afetivas que o distanciamento social tem causado, o uso da internet abre um novo campo de possibilidades de interação. Oficineiros de outros territórios participaram das atividades e diferentes escolas integraram ações conjuntas, minimizando as possíveis barreiras que seriam encontradas no contato presencial em virtude dos conflitos territoriais ou por limitações espaciais da cidade física.

A aposta do presente artigo é a de que o III Festival das Juventudes pode ser sinalizado e analisado como produtor de rizoma, ou seja, como ponto de interseção e multiplicação de relações agregando movimentos heterogêneos que conduzem a uma desterritorialização. Aponta-se a produção de um comum compartilhado a partir da acontecimentalidade provocada pelo festival, colocando em movimento as redes de coletivos agenciadas pelo JAP. Como aponta Silva e Freitas (2018), esse movimento de entrelaçamento pode ser visto como um “nós dinâmico” que investe na invenção e na re-existência para sobreviver, através da arte marginal, recitada e partilhada. O processo de construção deste evento revela uma costura que agrega diferentes mãos, guiadas por um produto final comum. A dinâmica de emendas e remendos se esforça para acompanhar o ritmo das deformações neoliberais e criar furos nos estigmas que aprisionam o território. Esta dinâmica dialógica e democrática já tensiona os modos de fazer educação modernos ao adotar a participação ativa como (po)ética da relação.

O que dizem os/as jovens do Festival?

As oficinas artísticas e educativas serviram como espaço para partilhas e pactuações sobre temáticas levantadas pelos/as jovens envolvidos/as na realização do Festival. Um exercício cartográfico foi realizado no sentido de acompanhar debates, diálogos, redes de cuidado e trocas que surgiam em meio às discussões dos temas elencados para as conversas entre os/as participantes das oficinas. O processo de cartografar, nesse caso, encontra-se vinculado a intenção tanto de mapear as práticas e formas encontradas pelos/as jovens para resistir aos modos silenciadores e violentos que recaem às juventudes, como também para potencializar as condições de agenciamento do JAP na coletivização das relações ali encontradas.

Desta forma, as oficinas funcionaram como dispositivos de invenção de práticas e formas de re-existência, operando no traçado coletivo de rotas de fuga à imagem estigmatizante que é atribuída moral e historicamente ao território acessado e que busca homogeneizar, criminalizar e invisibilizar as juventudes ali viventes (Silva & Freitas, 2018). Em meio aos regimes de autorização discursiva sobre as vozes, como destaca Mombaça (2017), a juventude quer falar, e, principalmente, ouvir-se e ser ouvida quanto a vida, cuidado, saúde, entre outros tantos temas. Nessa perspectiva, a construção das oficinas possibilitou o encontro de jovens organizadores, jovens oficinairos/as, alunos/as

e professores/as, que, a partir de seus olhares plurais, arriscaram a construção de um saber comum em prol do cuidado dos seus.

Considerando a escolha ativa dos/as participantes – sugeridos pelos/as alunos/as via *Google Meet* e *Google Forms* e pelos/as professores/as e gestores/as das escolas, que nos trouxeram algumas demandas das turmas –, as oficinas desenvolvidas tratavam dos seguintes temas: “Saúde Mental na Pandemia”, “Direito das Juventudes”, “Fotografia: Identidades e Existências”, “Mundo do Trabalho e Caminhos para a Universidade”, “Produção de Portfólio Artístico e Currículos”, “Cultura de Paz”, “Afrontar: Enfrentamento ao racismo” e “Feminismos e Graffiti”. Dentre os temas trabalhados, aqueles que foram identificados, através do formulário, como prioritários pelos/as estudantes foram: “Mundo do Trabalho e Caminhos para a Universidade”, “Saúde Mental na Pandemia”, “Afrontar: Enfrentamento ao Racismo”, “Feminismos e Graffiti” e “Direitos das Juventudes”. Ao todo, foram realizados 19 encontros destinados às oficinas artísticas e educativas.

Sem a pretensão de abordar em sua literalidade os movimentos de cada um dos encontros e temas das oficinas, serão elencados a seguir alguns dos diálogos, manifestações e/ou indagações que perpassaram alguns dos nossos encontros *online*. Para tanto, serão identificados quais eixos temáticos trataram as articulações vivenciadas, assim como os possíveis deslocamentos que desdobram-se de tais posicionamentos.

Em um dos encontros da oficina “Produção de Portfólio Artístico e Currículos”, as conversas no *chat* da plataforma deram contornos às inquietações dos/as jovens sobre suas condições de garantir um bom desempenho em entrevistas de emprego. Uma das estudantes comentou sobre seu nervosismo durante as entrevistas de emprego, o que em seguida disparou respostas que dialogavam com sua questão, tais como comentários que se aproximavam de incentivo ou de dicas já utilizadas pelos/as jovens, como: “falaram pra treinar olhando pro espelho”, “eu treino algo gravando áudio, me deixa mais confiante”, “disseram que o teatro ajuda” (Trecho de Diário de Campo, 2021). As iniciativas citadas apontam para estratégias, em sua maioria, individuais e alicerçadas em uma condição pessoal de lidar com as situações advindas de processos seletivos e entrevistas de emprego. Contudo, as dinâmicas envolvidas nessa ideia de “nervosismo” precisam ser também consideradas a partir dos marcadores envolvidos no ato de “tentar uma vaga de emprego”, especialmente considerando a experiência de jovens moradores

de periferias urbanas. Diógenes aponta que entre as juventudes moradoras das periferias urbanas, há uma “quase inacessibilidade ao mundo do trabalho” (2020, p. 375) associada aos processos de exclusão do âmbito escolar e o enfrentamento cotidiano das violências. Além disso, as bases estruturais racistas que constituem os modos de se produzir e pensar o trabalho em uma sociedade capitalista neoliberal operam lógicas de hierarquização, exclusão e precarização da vida, que ultrapassam significativamente as condições individuais de conquista de empregos, quase sempre amparadas em retóricas meritocráticas (Martins, 2014; Barros, 2019; Butler, 2019).

A segunda temática mais demandada pelos/as adolescentes foi “Saúde Mental na Pandemia”. Nas oficinas deste eixo, foram levadas algumas imagens geradoras para conversar um pouco com os/as adolescentes sobre os seus cotidianos na pandemia, como eles/as se encontravam e quais as estratégias de cuidado que eles/as vinham desenvolvendo nesse período, além de desconstruir possíveis cristalizações sobre o modo como entendemos as distinções entre saúde e doença. Durante as oficinas, foram comuns os relatos sobre a falta de estar com amigos e amigas, abraçar pessoas queridas, ir para a escola e ter aulas presenciais, poder “aglomerar”, entre outras situações narradas pelos/as jovens, que ficaram inviabilizadas em virtude das indicações de distanciamento social. Além disso, os/as jovens também compartilharam suas indignações com, na visão deles/as, atitudes egoístas que algumas pessoas estão tendo nesse período, ao se reunirem gerando aglomerações e não se sensibilizarem pelas mortes ocasionadas pela Covid-19. Sobre esse ponto, uma das adolescentes disse: “[...] na pandemia morreram 4 mil por dia e parece que não foi nada” (Trecho de Diário de Campo, 2021). Na mesma oficina, uma outra adolescente compartilhou que o grande número de notícias está prejudicando a sua saúde: “[...] todas essas notícias ruins fazem minha mente ficar mais destruída.” (Trecho de Diário de Campo, 2021).

As preocupações indicadas pelos/as jovens relacionam-se ao cenário vivenciado nos últimos dois anos no Brasil, envolvendo desde a restrição das relações – o que, para a juventude, tem impacto particular e significativo, tendo em vista seus modos de circulação e articulação coletiva –, até as disparidades de acesso a recursos entre diferentes segmentos populacionais. Nesse sentido, vale destacar a multiplicidade de aspectos que, no âmbito das desigualdades sociais – especialmente em seus aspectos interseccionais –, dão contornos às diferenças de acesso às políticas de proteção social,

prevenção das doenças e promoção à saúde, acirrados pelo contexto pandêmico (Pires, Carvalho, & Xavier, 2020).

Mesmo que a proposta fosse conversar sobre os impactos da pandemia na saúde mental dos/as adolescentes, algumas discussões ultrapassaram essa delimitação, tocando em questões não restritas ao contexto pandêmico. Em uma das oficinas, os/as adolescentes pontuaram sobre os processos de criminalização a que estão sujeitos jovens moradores/as de territórios periféricos, em que, apenas por morarem em bairros marginalizados, são tidos como potencialmente perigosos: “As pessoas são discriminadas por dizer onde mora”; “Às vezes, julgam a todos por erro de um só” (Trecho de Diário de Campo, 2021). As dinâmicas territoriais presentes nos diálogos dos jovens nas oficinas denunciam os processos históricos, reforçados pela mídia hegemônica, de construção da relação entre periferia e violência, associada às imagens de criminalidade e periculosidade (Barros, Nunes, Sousa, & Cavalcante, 2019). Alimentam-se assim os motores necropolíticos que se amparam na criminalização da juventude preta e periferizada para a justificativa de práticas de extermínio. No mesmo encontro, uma adolescente complementou dizendo que há muito preconceito contra jovens que residem em bairros estigmatizados, e, por isso, alguns jovens “têm vergonha de dizer onde mora” (Trecho de Diário de Campo, 2021). Nesse sentido, entende-se que as relações interseccionais entre marcadores de raça, território, classe, geração, gênero, entre outros, constituem as formas de subjetivação de jovens, assim como também vão atravessar as possíveis estratégias de resistência e de manutenção da vida em meio aos processos de extermínio e precarização.

Nas oficinas do eixo de enfrentamento ao racismo, além de realizar uma contextualização histórica dos modos de expressão do racismo no Brasil, foi-se conversado sobre os episódios de racismo presentes nas trajetórias dos/as jovens estudantes e facilitadores/as. Em uma das oficinas, um jovem pontuou: “Eu não luto contra o racismo, o racismo é quem luta contra mim” (Trecho de Diário de Campo, 2021). Esse mesmo jovem compartilhou que, uma das vezes em que sofreu racismo, o agressor era negro também, o que para ele não fazia sentido. Dialogando com a cena relatada pelo colega, um outro adolescente refletiu sobre a dimensão estrutural do racismo: “às vezes, as pessoas são racistas sem mesmo saber. Hoje em dia, todos nós crescemos com ideologias racistas sem nem mesmo sabermos”. (Trecho de Diário de Campo, 2021).

Outro eixo em que os adolescentes participaram ativamente foi o relacionado aos direitos das juventudes. Nestas oficinas, alguns adolescentes pontuaram que não conheciam o Estatuto da Juventude, promulgado em 2013, e nem os direitos presentes nele. Em uma das escolas, quando discutia-se sobre o direito à saúde, um dos adolescentes pontuou ser “muito importante ter apoio para recuperar a saúde mental quando passamos por momentos de discriminação” (Trecho de Diário de Campo, 2021). Esse mesmo adolescente, ao final da oficina, disse que tinha gostado bastante do encontro e considerava momentos como aquele muito importantes para os/as estudantes. Ademais, durante a oficina também foram pontuados quais caminhos e equipamentos os/as jovens poderiam recorrer caso tivessem os seus direitos violados.

Durante a essa oficina em outra escola, um adolescente expressou seus questionamentos relacionados especialmente à violência policial. A inquietação do jovem ecoa e (nos) provoca: O que fazer quando quem viola os direitos dos jovens é a própria polícia? O que fazer quando policiais agredem adolescentes? Quais os caminhos possíveis? (Trecho de Diário de Campo, 2021). O constrangimento operado pela indagação do jovem tem como pano de fundo a maquinaria montada sobre corpos jovens, negros, em territorialidades periferizadas, que os colocam como alvos mais facilmente matáveis na dinâmica necropolítica no Brasil (Barros, Silva, & Alencar, 2021). Na esteira de projetos colonizadores, racistas e patrimonialistas, a operação de um necrobiopoder que ganha força em suas institucionalidades – tal como o aparato policial do Estado – coloca a vida de jovens sob risco, ao passo que criminaliza juventudes negras e intercepta seus modos de vida.

Em diálogo com o jovem, reforçamos a pergunta: Quais os caminhos possíveis? É nesse sentido que nossas pesquisas cotidianamente tensionam essa indagação. Como fazer da produção do conhecimento também uma forma de deslocar saberes, denunciar poderes, abrir brechas e criar condições de possibilidades para caminhos insurgentes? A aposta, como levantou esse artigo, está na ideia de que parte do(s) caminho(s) se produz(em) no entre, no nós, na construção de um espaço comum de diálogo, de resistência e existência, perpassando camadas éticas, estéticas e políticas de nossa atuação enquanto profissionais, pesquisadores e pesquisadoras, participantes de movimentos e coletivos.

Reverberações do festival na universidade: A criação do projeto Artes Insurgentes

Como desdobramentos e efeitos dos caminhos percorridos pela pesquisa e dos encontros por ela proporcionados, algumas frentes de trabalho e militância foram desenvolvidas por meio da criação do projeto “Artes Insurgentes: Coletivizando Resistências”, vinculado à Secretaria de Cultura da UFC (SECULT/UFC) e construído por integrantes do VIESES, do Laboratório de Psicologia em Subjetividade e Sociedade (LAPSUS/UFC) e do JAP. O projeto tem por objetivo fomentar e estimular ações de cultura artística produzidas por coletivos juvenis do GBJ, em Fortaleza-CE, buscando fortalecer a memória cultural das potências e invenções artísticas de periferias urbanas e o engajamento ético-político desses grupos no enfrentamento de violências, violações de direitos e desigualdades em suas comunidades (Miranda et al, 2021).

O processo de criação do Artes Insurgentes teve como pontapé o desejo de colaborar com a organização do III Festival das Juventudes. Entretanto, a pactuação com coletivos juvenis que, no seu território, inventam práticas de resistência alinhadas à dinâmica comunitária e à valorização das vidas dos seus, contaminou não apenas o impulso, mas todo o percurso trilhado pelo Artes até o momento. O “fazer COM”, muitas vezes suprimido pelas metodologias científicas tradicionais, atravessou todo o trabalho realizado, dissolvendo, inclusive, barreiras que segregam “conhecimento acadêmico” e “conhecimento popular”. A parceria com as escolas também sinalizou caminhos de solidariedade entre universidade, educação básica e movimento social, relação que, dentre muitas provocações, potencializa a elaboração de projetos de vida para jovens estudantes e aproxima-os da universidade pública, lugar que os é historicamente negado.

O projeto, além de participar da construção do festival, integrou também as movimentações desenvolvidas pelo JAP no segundo semestre de 2021. Logo após o evento, integrantes do Artes Insurgentes e do JAP escreveram conjuntamente um projeto para o edital público de Iniciativas de Desenvolvimento Comunitário do CCBJ com o intuito de obter recursos para custear as oficinas que seriam desenvolvidas entre agosto e novembro com os/as estudantes das mesmas cinco escolas parceiras do festival. O objetivo destas oficinas era manter o vínculo com as escolas e com os estudantes, e, em meio ao retorno ao ensino presencial, construir com os/as estudantes, professores/as e gestores/as uma reinvenção do contexto escolar. O recurso do edital, proveniente do projeto Tempos de Cultura do Fundo de Combate à Pobreza (FECOP), foi utilizado na

compra de materiais para a execução das oficinas e no pagamento de artistas do território para a facilitação e mediação das atividades. Participaram destas oficinas integrantes dos coletivos Ruela, JAP, Maracatu Nação Bom Jardim, Brincantes Sonoros, Pretarau, Gueto Queen, Inflamável e Tambores de Safo. Todos, com exceção do último citado, construídos por jovens moradores do território do GBJ.

Além das oficinas, o projeto também contou com o desenvolvimento de um *Podcast*, disponibilizado na plataforma *Spotify*, como material de sistematização, divulgação e promoção de visibilidade sobre as lutas e ações que os coletivos parceiros desenvolvem no território do GBJ. Até o momento da escrita deste artigo, 5 episódios que debatem as temáticas de base da pesquisa foram publicados. Exceto pelo primeiro episódio, que apresenta o projeto e os *hosters* do programa, todos os outros contam com a participação de lideranças juvenis do território do GBJ. O segundo episódio, intitulado “Festival das Juventudes”, recebe duas integrantes do JAP para uma conversa sobre a realização do festival e os impactos da pandemia na forma de fazer educação popular no ambiente remoto. O terceiro episódio, intitulado “Vivências no GBJ - NArTE”, traz as vozes de dois articuladores comunitários ligados ao CCBJ para uma discussão sobre a interação do equipamento com a comunidade. O quarto episódio, “Lacrações e Desafios da Diversidade LGBTQIA+ no GBJ”, convida uma artista travesti e coordenadora do coletivo “Gueto Queen” para uma discussão sobre a luta das pessoas LGBTQIA+ no território e as dificuldades enfrentadas pelo coletivo durante a pandemia. Por fim, o último episódio, “Resistências e alianças nas quebradas no GBJ”, é composto por uma conversa com um membro do Movimento Cada Vida Importa e uma integrante da comissão organizadora local da 9ª Marcha da Periferia, em que ambos narram suas trajetórias em movimentos sociais e as principais pautas que integram suas lutas.

Nestas movimentações e composições que atravessaram o projeto e seus integrantes, começaram a ser produzidas também outras materialidades com o escopo de registrar e partilhar as metodologias e as vivências coletivas. Um e-book e um mini documentário foram então iniciados e estão em fase de conclusão até o presente momento de escrita deste artigo. O e-book está dividido em três sessões: 1) Apresentação do Artes Insurgentes: trajetórias, aliançamentos e provocações; 2) Escritos e materialidades das oficinas: narrativas metodológicas; 3) Artesanias e resistências: vozes polifônicas dos artistas/coletivos. São 14 capítulos escritos tanto por integrantes do Artes Insurgentes

como por artistas de coletivos parceiros e atores escolares, contando em sua composição com diferentes expressões artísticas, como poemas e ilustrações.

Como contrapartida no edital público de Iniciativas de Desenvolvimento Comunitário do CCBJ (já citado acima), o mini documentário, que está em fase final de edição, foi desenvolvido a partir da coletânea dos registros realizados durante as oficinas nas escolas após o festival. As filmagens e as fotografias dos encontros, tanto presenciais como virtuais, dão corpo a potencialidade das movimentações do projeto e do fazer COM coletivos e outros atores presentes nos territórios que foram habitados. Além destes registros, o mini documentário também foi produzido com depoimentos dos integrantes do projeto e de seus parceiros, contribuindo por meio da partilha de suas experiências e seus saberes insurgentes.

Por último, o Projeto Artes Insurgentes também contribuiu com o JAP e com o Fórum de Escolas pela Paz do Grande Bom Jardim – coletivo formado por gestores e estudantes de 12 escolas municipais do território, Organizações Não Governamentais (ONG's), CCBJ, coletivos juvenis, grupos/laboratórios vinculados a universidades e representantes do poder público –, na construção de três programações na quarta Semana Estadual de Prevenção aos Homicídios de Jovens, também conhecida como Semana Cada Vida Importa, realizada entre os dias 8 e 12 de novembro de 2021. Entre as atividades realizadas estavam: 1) II Festival de Arte e Cultura: Cada Vida Importa!, realizado remotamente com gestores e estudantes das escolas integrantes do fórum junto ao CCBJ, ao Artes e ao JAP; 2) A oficina virtual "Negritudes: Identidades e Re-Existências", desenvolvida em uma escola e idealizada por uma educadora social do CCBJ e integrantes do Artes e do JAP; 3) A #ExposiçãoInsurgente, realizada presencialmente no CCBJ com produções artísticas – ensaios, desenhos, poesias, fotografias – realizadas pelos/as estudantes das escolas e integrantes de coletivos que participaram do III Festival das Juventudes e das oficinas do segundo semestre de 2021. A #ExposiçãoInsurgente também possui uma versão virtual, exposta no instagram do projeto, contando com o acervo completo de materialidades, que incluem vídeos de esquetes teatrais e produções musicais que não puderam ser reproduzidos na exposição presencial.

A Semana Cada Vida Importa é uma iniciativa do Comitê de Prevenção e Combate à Violência, da Assembleia Legislativa do Ceará, e de instituições do poder público e da sociedade civil organizada criada em 2017, em memória à Chacina do Curio,

a qual vitimou 11 jovens em diferentes pontos do bairro Curió, em Fortaleza-CE, na madrugada entre os dias 11 e 12 de novembro em 2015. O evento consta no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Ceará e ocorre todo ano, tendo por objetivo sensibilizar a população cearense acerca do alto índice de homicídios contra adolescentes e jovens no estado, além de proporcionar um espaço de diálogo e debate entre a sociedade civil e representantes do poder público, a fim de elaborar estratégias para reduzir esse índice. As programações criadas pelo Artes e pelo JAP buscaram não só denunciar e debater as questões que atravessam e produzem os altos índices de mortalidade infantojuvenil no estado, mas também afirmar a potência das existências juvenis periféricas.

Considerações finais

As costuras de experiências e saberes tecidas no e pelo festival entre estudantes, jovens de movimentos sociais, professores e universitários anunciam uma tentativa micropolítica de insurgência às políticas de matabilidade engendradas pela colonialidade e por um sistema capitalista, elitista, patriarcal e racista. Atravessadas por essas opressões, as juventudes que habitam territórios periféricos integram um movimento de criação de estratégias de sobrevivência que excedem o orgânico e inflamam pulsos de criação, expansão e reconhecimento. Tais movimentos se articulam, se constroem e se fortalecem principalmente a partir da produção de alianças entre estes corpos.

Assim, re-existir também alude a construção de práticas de cuidado, afeto e coletivização das relações, associadas ao fomento de iniciativas que mobilizem ações inventivas e imaginativas capazes de friccionar os dispositivos coloniais de apagamento, invisibilização e silenciamento que se impõem sobre estas juventudes. As expressões artísticas e culturais ganham especial atenção nas ações mobilizadas por estes/as jovens por movimentarem e criarem fissuras nas hierarquias impostas pelo atual projeto capitalista-colonizador e sustentarem reflexões que anunciam e conclamam o direito à vida deste segmento.

Partindo de referenciais que indagam pactos científicos hegemônicos, o acompanhamento dos processos acionados pela construção e execução do Festival das Juventudes se une ao já contínuo trabalho de resistência ético, estético e político realizado por coletivos juvenis do território. Nesse sentido, a criação do projeto Artes Insurgentes e sua atuação em diferentes espaços com o JAP e outros coletivos juvenis do GBJ, por

exemplo, dá corpo a um movimento de fortalecimento da relação entre universidade e movimentos sociais, assim como pauta a dimensão da coletivização das relações de resistência para a produção de modos de vida capazes de fissurar as políticas de morte em curso no projeto de sociedade vigente.

Cabe ainda salientar que as ações promovidas pelas juventudes em suas periferias são tão plurais quanto este próprio segmento, e estão em constante transformação e reinvenção. Dessa forma, este artigo não pretende esgotar ou encerrar este debate, mas, em diálogo com outros estudos que também pesquisam com juventudes, abrir possibilidades de reflexão e análise sobre as movimentações que têm pulsado nas periferias urbanas brasileiras. Como indicação para estudos futuros, espera-se que estes possam cartografar, acompanhar e construir os diferentes dispositivos artístico-político-culturais acionados por coletivos juvenis de diferentes territorialidades, compondo e criando com eles formas de re-existir.

Referências

- Achinte, A. A. (2017). *Práticas creativas de re-existência: más allá del arte... el mundo de lo sensible*. Buenos Aires: Del Signo.
- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen Livros.
- Barros, L. M. R. B. & Barros, M. E. (2013). O problema da análise em pesquisa cartográfica. Em *Fractal: Revista de Psicologia*, 25 (2), p. 373-390. doi: 10.1590/S1984-02922013000200010.
- Barros, J. P. P., da Silva, D. B., & Alencar, F. A. B. (2021). Maquinarias de guerra e mortes juvenis nas periferias do Ceará. *Revista de Psicologia*, 12(1), 23-36. doi: 10.36517/revpsiufc.12.1.2021.2
- Barros, J. P. P. Juventudes desimportantes: a produção psicossocial do “envolvido” como emblema de uma necropolítica no Brasil (2019). In V. Colaço, I. Germano, L. L. Miranda, & J. P. P. Barros (Orgs.). *Juventudes em movimento: experiências, redes e afetos* (pp. 209-239). Fortaleza, CE: Expressão Gráfica e Editora.
- Barros, J. P. P., Nunes, L. F., Sousa, I. S., & Cavalcante, C. O. B. (2019). Criminalização, extermínio e encarceramento: expressões necropolíticas no Ceará. *Revista de Psicologia Política*, 19(46), 475-488. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2019000300008
- Barros, J. P. P., Paiva, L. F. S., Rodrigues, J. S., Silva, D. B. D., & Leonardo, C. D. S. (2018). Pacificação nas periferias: discursos sobre as violências e o cotidiano de juventudes em Fortaleza. *Revista de Psicologia da UFC*, 9(1), 117-128. Recuperado de <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/30781>
- Bento, B. (2018). Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? *Cadernos pagu*. (53). doi: 10.1590/18094449201800530005
- Butler, J. (2019). *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica Business.
- Calais, L. B. de; Perucchi, J. (2018). Entre o protagonismo juvenil e a tutela da juventude: possibilidades da participação e subjetivação política. In: Del Gobo, J. (Org). *A psicologia frente ao contexto contemporâneo* (pp. 109-124). Ponta Grossa, PR: Atena Editora.
- Ceará, Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do (2019). *Crimes Violentos Letais e Intencionais*. Estatísticas Mensais, Fortaleza.
- Ceará, Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do (2020). *Crimes Violentos Letais e Intencionais*. Estatísticas Mensais, Fortaleza.

- Chancel, L., Piketty, T., Saez, E., Zucman, G. (Orgs.) (2021). World Inequality Report 2022, World Inequality Lab.
- Crenshaw, K. W. (1991). Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. *Stanford Law Review*. 32(6), 1241-1299.
- Deleuze, G. (1996). *O que é um dispositivo? O mistério de Ariana*. Lisboa: Veja – Passagens.
- Diógenes, G. (2020). Cidade, arte e criação social: novos diagramas de culturas juvenis da periferia. *Estudos avançados*, 34(99), 373-390. doi: 10.1590/s0103-4014.2020.3499.022
- Foucault, M. (1977). *Vigiar e punir*. Petrópolis: Ed. Vozes.
- Fontes, M. (2005). *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes.
- Lacaz, A. S. (2012). *Pra não dizer que não falei das flores: jovens e resistências no contemporâneo* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil.
- Martins, T. C. S. (2014). Determinações do racismo no mercado de trabalho: implicações na “questão social” brasileira. *Temporalis*, 14(28), 113-132. doi: 10.22422/2238-1856.2014v14n28p113-132
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: N-1 Edições.
- Mbembe, A. (2019). *Poder brutal, resistência visceral*. São Paulo: N-1 Edições.
- Melo, E. C. (2021, 28 abr.). Violência mata mais crianças e adolescentes do que Covid-19 no Ceará em 2021. *Diário do Nordeste*. Recuperado de <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/violencia-mata-mais-criancas-e-adolescentes-do-que-covid-19-no-ceara-em-2021-1.3078514>
- Miranda, L. L., Barros, J. P. P., Gondim, G. C. L. F., Bezerra, M. A., Gomes, C. J. A., Cavalcante, L.F., ... Lavor Filho, T. L. (2021). Artes Insurgentes: coletivizando resistências no festival das juventudes do Grande Bom Jardim. In A. S. Gomes Filho, I. B. Ribeiro, T. L. Lavor Filho, & M. E. A. G. Pacheco (Orgs.). *Debates contemporâneos em psicologia* (pp. 71-82). 1 ed. Iguatu: Quipá Editora.
- Mombaça, J. (2017). *Notas estratégias sobre os usos políticos do conceito de lugar de fala*. Recuperado de <https://jotamombaca.com/texts-textos/notas-estrategicas/>
- Moraes, M. (2014). Do pesquisarCOM ou de Tecer e Destecer fronteiras. In A. Bernardes, G. Tavares, & M. Moraes (Org.). *Cartas para pensar: políticas de pesquisa em psicologia*. (pp. 131-137). Vitória: EDUFES.

- Nogueira, C. (2017). *Interseccionalidade e Psicologia Feminista*. Salvador: Devires.
- O Povo Online. (2021). Anuário do Ceará. Recuperado de https://issuu.com/opovodigital/docs/anua_rio_20-21
- Passos, E., Kastrup, V., & Escóssia, L. (2015). *Pistas do método da cartografia: pesquisa intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina.
- Passos, E., Kastrup, V., & Tedesco, S. (2014). *Pistas do método da cartografia 2: a experiência da pirpesquisa e o plano comum*. Porto Alegre: Sulina
- Paiva, L. F. S. (2019). “Aqui não tem gangue, tem facção”: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. *Caderno CRH*, 32(85), 165-184. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/ZdSryHB3Y6Ph48C36pQrFLw/?lang=pt>
- Pires, L. N. P., Carvalho, L., & Xavier, L. L. (2020). COVID-19 e desigualdade no Brasil. 1(1), 1-3, Recuperado de <http://cebes.org.br/2020/04/covid-19-e-desigualdade-no-brasil/>
- Rocha, M. L., & Aguiar, K. F. (2003). Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 23(4), 64-73. doi: 10.1590/S1414-98932003000400010
- Severo, L. (2021, 7 mar.). Grande Bom Jardim tem mais mortos pela Covid-19 do que cidades como Juazeiro do Norte e Sobral. *Diário do Nordeste*, Fortaleza. Recuperado de <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/grande-bom-jardim-tem-mais-mortos-pela-covid-19-do-que-cidades-como-juazeiro-do-norte-e-sobral-1.3056821>.
- Silva, F. R. N., & Freitas, G. J. (2018). Práticas poéticas: juventude, violência e insegurança em Fortaleza. *Tensões Mundiais*, 14(26), 129-155. doi: 10.33956/tensoesmundiais.v14i26.887